

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024. 477 p.

 Maria Inês Marcondes*

<https://orcid.org/0000-0002-0973-9405>

 Viviane Peixoto da Cunha**

<https://orcid.org/0000-0002-9444-5750>



O livro organizado por Stephen Ball e Jefferson Mainardes apresenta uma expressiva contribuição ao campo das políticas educacionais, uma vez que reflete a variedade de mudanças que estão ocorrendo nas últimas décadas e influenciando um conjunto de reformas educacionais em andamento.

O trabalho de Stephen Ball tem influenciado uma série de produções no campo das políticas educacionais brasileiras há alguns anos, especialmente por meio da disseminação de discussões em torno da sociologia das políticas educacionais, da abordagem do ciclo de políticas e da teoria de atuação. Além disso, os estudos epistemológicos em Política Educativa impulsionados por Jefferson Mainardes, por meio da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), criada em 2012, compõem esse arcabouço.

Os autores organizaram juntos, em 2011, o livro *Políticas Educacionais: questões e dilemas*, publicado pela Cortez Editora. Ball e Mainardes justificam a produção do novo livro indicando que a atual conjuntura exige que novas abordagens

* Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Ciências Humanas/Educação pela PUC-Rio. *E-mail*: <mim@puc-rio.br>.

** Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Ciências Humanas/Educação pela PUC-Rio. *E-mail*: <vivianegpeixoto@yahoo.com.br>.

para as pesquisas sejam consideradas. Segundo eles, 12 anos se passaram e muitas mudanças ocorreram: a pandemia da covid-19, o aumento da onda conservadora e o fortalecimento das políticas de privatização da educação. Nesse sentido, Ball e Mainardes reuniram discussões de pesquisadores de seis países que estão se debruçando nos debates contemporâneos das Políticas Educativas. O livro contém 14 capítulos, organizados em três partes.

A primeira parte – *Redes políticas* –, a qual contém quatro capítulos, contempla a discussão da etnografia de rede bem como de relatórios de pesquisas que utilizaram tal abordagem na análise das políticas educacionais.

No capítulo um – *Etnografia de rede: mudanças de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança global* –, Marina Avelar, da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), e de Stephen Ball, da *University College London* (Inglaterra), analisam a etnografia de redes (ER) como uma abordagem responsiva às mudanças de “governo” para “governança” e se embasam nas literaturas sobre redes sociais de governança pública e mobilidade de políticas. Os autores indicam que a ER faz uso de uma combinação de pesquisa *on-line*, de mapeamento de redes sociais e de ferramentas etnográficas (como entrevistas e observação de campo), a fim de retratar a natureza móvel e instável da nova governança. Segundo os autores, isso pode ser feito rastreando o movimento e a mutação da política com evidências documentais e entrevistas, com modelos de “seguir a política” ou “seguir atores políticos” ao longo do ciberespaço, conduzindo investigações de histórias orais de disseminação de políticas e participando de situações relacionais, como conferências realizadas.

No capítulo dois – *Redes, experts e internacionalização de políticas educacionais* –, Eneida Shiroma, da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), discute a relevância das organizações multilaterais na formulação de agendas e seus mecanismos de transferência de políticas. O capítulo segue tratando da atuação de especialistas na produção e circulação de conhecimento sobre políticas e do papel estratégico das redes em sua difusão. A autora analisa um caso específico, a rede de *experts* criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no âmbito do Proyecto, para propor políticas docentes e a forma de disseminá-las na América Latina e no Caribe. A literatura sobre transferências de políticas educacionais, acrescida da pesquisa sobre o *modus operandi* das redes de *experts*, contribui para o entendimento dos mecanismos de reprodução e de adaptação das políticas globais aos contextos locais.

No capítulo três – *Políticas curriculares globais e locais* –, Elizabeth Macedo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), ressalta que os estudiosos de currículo têm se valido do mapeamento de redes globais de políticas, no campo da educação com base em Ball (2014, 2016). A autora retoma mapeamentos de redes globais que intersectam a discussão sobre políticas de currículo com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, a autora destaca que o quadro dos estudos sobre as recentes políticas de currículo brasileiras parece apontar para um fortalecimento da governança neoliberal nas políticas públicas de currículo no Brasil com a entrada em cena de demandas conservadoras.

No capítulo quatro – *Rede política pela Educação integral: o caso do Instituto Ayrton Senna* –, Camila Gigante e Alice Lopes, ambas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), apresentam os resultados de uma investigação sobre a rede política em defesa da educação integral, destacando a atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) nessa produção de sentidos. A investigação foi realizada a partir de uma interpretação topológica da rede política em torno da BNCC e está alinhada às críticas de uma política de centralidade curricular que visa legitimar determinadas aprendizagens para todos os cidadãos, sendo essas aprendizagens registradas como metas instrucionais associadas a uma ideia de justiça social e igualdade/equidade, passíveis de serem garantidas a partir de um conhecimento compreendido como essencial.

A segunda parte – *Perspectivas teórico-epistemológicas e a pesquisa de políticas educacionais* –, com seis capítulos, debruça-se nos fundamentos ontoepistemológicos do campo da Política Educacional.

No capítulo cinco – *Estudos críticos de políticas educacionais: um panorama* –, Tebeje Molla, da *Deakin University* (Austrália), destaca as principais características dos estudos críticos das políticas (ECP) na educação. A suposição norteadora é de que, se os pesquisadores forem mais claros sobre os fundamentos teóricos e as orientações metodológicas de sua escolha, eles estarão em melhor posição para enquadrar questões de pesquisa pertinentes e articular o significado analítico dos conceitos que invocam. Com base nessa ideia, o texto mostra que os ECP reconhecem a natureza carregada de valores da política; buscam examinar quem é sistematicamente privilegiado ou excluído; analisam a natureza oculta de poder nos discursos públicos; e visam transformar as condições indesejáveis dos desfavorecidos na sociedade por meio da defesa baseada em evidências.

No capítulo seis – *A abordagem da problematização de políticas e sua aplicação à pesquisa sobre política Educacional* –, Pablo Pastore e Jorge Gorostiaga, da *Universidad Nacional de San Martín* (Argentina) juntamente com César Tello, da *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina), apresentam a abordagem da problematização de política como processo de autoanálise e reflexividade sobre as próprias representações acerca dos problemas que se estudam. Os autores enfocam e caracterizam brevemente uma abordagem pós-estruturalista para análise da política pública e se detêm na aplicação ao campo da Política Educacional. Na abordagem em questão, a problematização de políticas tem como base o pensamento de Foucault, e o texto enfoca mais detalhadamente a proposta formulada por Bacchi (2009) - *What's the problem represented to be?* (WPR).

No capítulo sete – *Agenciamento e/ de políticas curriculares: pensar com Deleuze e Guattari* –, Thiago Ranniery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), sugere um aprofundamento da aliança entre um conceito de Deleuze e Guattari e as investigações em políticas curriculares. Segundo o autor, o conceito de agenciamento surge como um antídoto para perspectivas que só veem começos e fins, pontos de partida e pontos de chegada, intencionalidade e pretensão. Nesse sentido, Ranniery provoca um deslocamento da política de currículo de ser um ato, um evento ou uma série de ações, colocando sob foco analítico as relações e as ressonâncias de conexões. A partir dessa perspectiva, o autor desenvolve o texto questionando “como partir da multiplicidade?” e “como chegar ao capitalismo?” na análise da política curricular, a qual é produzida como um todo com partes díspares ou heterogêneas.

No capítulo oito – *O Estado é o objeto de estudo da Política educacional? Contextualizações histórico-epistemológicas* –, César Tello, da *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina), argumenta que o Estado ou suas ações se estabeleceram durante muito tempo como objeto de estudo da política educacional. No entanto, ele não é. As questões estatais não esgotam o campo do político. O autor sustenta que o objeto de estudo se constrói a partir de uma episteme da época, em uma decisão do campo acadêmico e não necessariamente a partir do campo teórico. Nessa direção, César Tello desenvolve como foram e continuam ocorrendo, atualmente, as transformações teóricas e observações disciplinares no campo da Política Educacional. Para o autor, o campo funciona controlando e definindo temas de pesquisa para os que começam a se formar na pesquisa em política educacional. Ele considera o campo da Política Educacional como espaço reticular, ao mesmo tempo que define um campo de conhecimento, permite a interação múltipla e recíproca entre distintos campos. Assim, trata-se de um campo com porosidade e multiplicidade de componentes. O autor pressupõe que o objeto de estudo da política educacional é o fato sociopolítico que faz circular o poder em termos educacionais. Nessa direção, ocupa-se do estudo das decisões (do político, do fato político) no âmbito educacional.

No capítulo nove – *A perspectiva ético-ontoepestemológica e a pesquisa no campo da Política Educacional* –, Jefferson Mainardes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Brasil), explora a noção ético-ontoepestemologia e suas contribuições para a pesquisa no campo da Política Educacional. Segundo o autor, o termo empregado designa a inter-relação e unidade entre ontologia (conteúdo – o que existe para as pessoas conhecerem) e epestemologia (forma – como o conhecimento é criado e o que é possível conhecer) na produção do conhecimento. O autor sustenta que a ética é um dos elementos estruturantes da pesquisa e não um mero apêndice, isso porque, para ele, a dimensão ética orienta todo processo de pesquisa – o tipo de abordagem, as análises e as conclusões ainda que de forma não consciente. Mainardes explora ainda a noção ético-ontoepestemologia a partir da necessidade de uma produção do conhecimento justa e responsável (Barad, 2007) e a partir de um *posicionamento ativista* orientado por um *ethos* de transformação e de centralidade filosófica de ativismo como luta por um mundo melhor (Stetsenko, 2021). As contribuições da perspectiva ético-ontoepestemológica para a pesquisa do campo educacional mencionadas são: coerência interna nas pesquisas e no conhecimento prático-reflexivo; a ética em primeiro plano; construção de alternativas nas práticas sociais a partir do conhecimento produzido.

No capítulo dez – *O ganho epistêmico na análise do conservadorismo educacional e sua atuação em políticas: o conceito de aliança conservadora* –, Luís Armando Gandin e Iana Gomes de Lima, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), exploram o conceito de aliança conservadora a partir de Apple (2003), no avanço do atual conservadorismo brasileiro e suas consequências para as políticas educacionais. Os autores tratam esse avanço não como um movimento hegemônico de um grupo isolado, mas como fruto de articulações de diferentes grupos e de interesses, nem sempre convergentes (os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e a nova classe média profissional). Eles consideram, em suas análises, dois grupos na liderança da aliança conservadora brasileira: os fundamentalistas religiosos que Apple (2003) chama de populistas autoritários; e os neoliberais, que se definem como modernizadores, os que propõem superar os entraves. Gandin e Lima destacam que uma das características dos grupos conservadores no Brasil é a visão romântica do passado em que tudo funcionava bem. Para ilustrar um fenômeno em curso, os autores apresentam uma rede política de atores que tem auxiliado a propagar a agenda da educação domiciliar no Brasil a partir do mapeamento dos elementos nos quais a aliança se alicerça.

A terceira parte – *Análise de políticas contemporâneas* –, com quatro capítulos, é constituída por discussões de questões contemporâneas das políticas educacionais.

No capítulo onze – *Por que as políticas educacionais falham?* –, Sally Power, da *Cardiff University* (País de Gales), examina a questão do fracasso das políticas educacionais prioritárias, que aqui no Brasil são reconhecidas como políticas educacionais compensatórias. A autora destaca as últimas décadas de reforma educacional e a batalha contra as desigualdades. Nessa direção, ela identifica como diferentes abordagens de políticas educacionais prioritárias foram se constituindo no contexto do Reino Unido como tentativas de reduzir a desigualdade dentro e por meio da educação: a) injustiças econômicas e uma política de redistribuição na Educação; b) injustiças culturais e política de reconhecimento na Educação; c) injustiças políticas e uma política de representação na Educação. Power explora que alguns dos motivos pelos quais o problema parece ser intratável trata-se da incompatibilidade entre o “problema” e a “solução”, dos desafios da implementação de políticas em geral, dos perigos dos empréstimos de políticas e sedimentação de políticas e os desafios da evidência.

No capítulo doze – *Populismo autoritário no Brasil: o cesarismo de direita de Bolsonaro, o “contraformismo” e as políticas educacionais reacionárias* –, Mario Luiz de Azevedo, da Universidade Estadual de Maringá (Brasil), e Susan Robertson, da *University of Cambridge* (Inglaterra), examinam a ascensão do populismo autoritário no Brasil após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, refletindo

sua repercussão para a educação. Os autores tratam o conceito de populismo como sendo polissêmico, ambíguo e complexo. Para explorar a virada para o populismo no Brasil, os autores recorrem aos conceitos *gramscianos* como “hegemonia”, “bloco histórico”, “transformismo” e “cesarismo” e analisam as complexidades da economia cultural e política do Brasil que criaram as condições para a ascensão de Bolsonaro. Eles sustentam que as interseções do discurso conservador de direita, o proselitismo evangélico e o discurso populista no Brasil, juntamente com as várias expressões de ressentimento, inclusive de parte das classes médias e de atores sociais cujas oportunidades e chances foram diminuídas por causa do declínio da competitividade econômica, contribuíram nesse processo. Ao tratarem dos efeitos do populismo autoritário no campo da Educação, Azevedo e Robertson destacam a contestação feita aos defensores da equidade e da diversidade de gênero sob o argumento das ameaças à integridade da família; a força que o movimento “Escola sem partido”, criado em 2004, ganhou e as mudanças produzidas na elaboração da BNCC, especialmente sobre as questões de raça, de gênero e de sexualidade. Por fim, os autores argumentam que o populismo autoritário de Bolsonaro se firmou na sua capacidade de mobilizar a política em torno do ressentimento, da proteção do privilégio e do moralismo conservador.

No capítulo treze – *Fabricado na União Europeia: o caso português e a exceção europeia (2000-2020) – diálogos teórico-metodológicos na análise de políticas de educação* –, Fátima Antunes, da Universidade do Minho (Portugal), busca fundamentar uma proposta de análise da trajetória de políticas educativas, articulando as perspectivas teórico-metodológicas centradas no Estado/nas autoridades políticas com a abordagem do ciclo político. A autora problematiza a nova ordem educacional global e o processo de europeização da Educação, destacando como a dimensão nacional das políticas educativas é moldada por dinâmicas interativas que se constituem mutuamente. A análise do processo de europeização da Educação de adultos revela a falha em aumentar a participação da população adulta em educação e aprendizagem. Antunes identifica, ainda, uma ambiguidade nas estratégias da União Europeia e dos Estados-membros, que, apesar de almejarem uma aprendizagem ao longo da vida, continuam a adotar abordagens temporárias e fragmentadas, limitando o envolvimento e o compromisso estatal com a Educação de adultos. O capítulo aprofunda a realidade portuguesa, evidenciando a persistente ausência de uma política pública integrada e global de Educação e Formação de Adultos (EFA). A autora sugere que tal precariedade e fragmentação estão ligadas à fraca institucionalização do direito à educação para adultos, influenciada por restrições transnacionais e europeias. Ela destaca, ainda, a influência transnacional da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que promovem uma agenda voltada à formação de capital humano e à competitividade econômica e revela uma fratura geracional e uma divergência contínua em relação à média europeia na educação de adultos.

No capítulo catorze – *Pesquisadores em Educação como mediadores do conhecimento sob nova gestão pública e novas redes de políticas: lições dos Estados Unidos e do Brasil* –, Gary Anderson, da *New York University* (Estados Unidos), e Dalila Andrade de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), abordam o papel dos pesquisadores acadêmicos como mediadores do conhecimento em um contexto de nova gestão pública e redes políticas emergentes. O capítulo explora como a influência dos pesquisadores tem sido desafiada por novas formas de mediação, como as mídias sociais, *blogs* e *think tanks*, especialmente no cenário político recente caracterizado por um crescimento conservador, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Os autores analisam a mobilização do conhecimento conservador nos Estados Unidos e no Brasil, introduzindo conceitos como mediação (*brokerage*) e Organizações de Mediação do Conhecimento (OMC). As políticas públicas baseadas em evidências (PPBE) são discutidas como uma ferramenta para justificar uma orientação estatal eficiente, alinhada às lógicas empresariais e de mercado. O capítulo observa que *think tanks* têm se tornado concorrentes diretos das universidades na mediação do

conhecimento. Ademais, o capítulo aborda as tentativas dos acadêmicos de buscarem legitimidade acadêmica e maior influência na mídia e na política.

Em síntese, o livro procura contribuir para as pesquisas em políticas educacionais, oferecendo subsídios a partir da abordagem das redes políticas, das perspectivas teórico-epistemológicas e das questões contemporâneas das políticas educacionais. Pesquisadores, professores de pós-graduação, mestrandos, doutorandos, e todos os leitores interessados em aprofundar as questões epistemológicas da pesquisa em Política Educacional encontrarão, nessa obra, textos que apontam possíveis alternativas para se tratar os desafios contemporâneos. Assim sendo e em vista do que apresentamos, recomendamos a leitura atenta da obra, a qual traz importantes contribuições e novos *insights* para o estudo das políticas.

Referências

APPLE, M. **Educando a direita: mercados, padrões, Deus e desigualdades**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez, 2003.

BACCHI, C. **Analysing policy: What's the problem represent to be?**. Melbourne: Pearson, 2009.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J. Following policy: Networks, network ethnography and education policy mobilities. **Journal of Education Policy**, Londres, v. 31, n. 5, p. 549-566, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/02680939.2015.1122232>

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024. 477 p.

BARAD, K. **Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning**. Durham: Duke University Press, 2007.

STETSENKO, A. Ético-ontoepistemologia ativista: pesquisa e estudo de resistência. Tradução: Janete Bridon. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. v. 2. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 20-30.

Recebido em 23/09/2024

Aceito em 03/10/2024

Publicado online em 09/10/2024